

8. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PERTINENTE

8.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As principais normas regulamentadoras referentes à implantação e operação de empreendimento de geração de energia elétrica e atividades correlatas, sob o aspecto legal ambiental, serão apresentadas segundo os âmbitos federal, estadual e municipal.

8.2. LEGISLAÇÃO FEDERAL

8.2.1. Constituição Federal

A Constituição Federal de 1988 consagrou, em normas expressas, as diretrizes fundamentais de proteção ao meio ambiente. Através do **Art. 23**, estabelece a competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal, e dos Municípios para: proteção do acervo histórico e cultural, bem como dos monumentos e paisagens naturais e dos sítios arqueológicos; a proteção ao meio ambiente e combate à poluição em quaisquer de suas formas; e, preservação das florestas, da fauna e da flora.






O **Art. 24** fixou a competência concorrente da União, dos Estados e dos Municípios para legislar sobre: floresta, pesca, fauna, conservação da natureza, proteção ao patrimônio histórico, artístico, turístico, cultural e paisagístico; e, responsabilidade por danos ao meio ambiente e a bens de valor artístico, estético, histórico e paisagístico.


















No Capítulo VI, do Meio Ambiente, o **Art. 225** expressa que "todos têm direito ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações", atribuindo ao Poder Público a responsabilidade da aplicação das medidas eficazes no cumprimento do preceito protecionista.

A Constituição assegurou-lhes as prerrogativas: criação de espaços territoriais que devem ficar a salvo de qualquer utilização ou supressão, a não ser que a lei expressamente o autorize; exigir, na forma da lei, precedentemente à instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo do impacto ambiental ao qual se dará publicidade; obrigar os que exploram recursos minerais, a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com as soluções técnicas exigidas pelo órgão público competente, na forma da lei; e, impor sanções penais e administrativas aos que desenvolvem atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sejam pessoas físicas ou jurídicas, sem prejuízo da obrigação de recuperação dos danos causados.

8.2.2. Relação e Discriminação da Legislação Federal

8.2.2.1. Leis Federais

-  LEI Nº 3.924, DE 26 DE JULHO DE 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.
-  LEI Nº 4.771, DE 15 DE SETEMBRO DE 1965 – Institui o Novo Código Florestal.
-  LEI Nº 4.089, DE 13 DE JULHO DE 1967 – Dispõe sobre erosão.
-  LEI Nº 5.197, DE 03 DE JANEIRO DE 1967 – Dispõe sobre proteção à fauna silvestre e dá outras providências.
-  LEI Nº 6.513, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de locais de Interesse Turístico; sobre o inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta o inciso ao artigo 2º da Lei Nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei Nº 4.771, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências.

-  LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981 – Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências (alterada pela Lei Nº 7.804, de 18 de julho de 1989).
-  LEI Nº 7.347, DE 24 DE JULHO DE 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico (vetado) e dá outras providências.
-  LEI Nº 7.661, DE 16 DE MAIO DE 1988 – Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.
-  LEI Nº 7.803, DE 16 DE JULHO DE 1989 – Altera a redação da Lei Nº 4.771, (Código Florestal) de 15 de setembro de 1965, e revoga as leis Nos 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de julho de 1986.
-  LEI Nº 7.804, DE 18 DE JULHO DE 1989 – Altera a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981; a Lei Nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989; a Lei Nº 6.803, de 02 de junho de 1980; a Lei Nº 6.902, de 21 de abril de 1981 e dá outras providências.
-  LEI Nº. 8.028, DE 12 DE ABRIL DE 1990 – Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
-  LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995 – Dispõe sobre o Regime de Concessão e Permissão da Prestação de Serviços Públicos previstos no Art. 175 da Constituição Federal e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.074, DE 7 DE JULHO DE 1995 – Estabelece normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.427, DE 26 DE DEZEMBRO DE 1996 – Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, disciplina o Regime das Concessões de Serviços Públicos de energia elétrica e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997 – Dispõe sobre a Política Energética Nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998 – Dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas lesivas ao meio ambiente, estabelece mecanismos efetivos de punição e reparação de danos ecológicos e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.873, DE 23 DE NOVEMBRO DE 1999 – Estabelece prazo de Prescrição para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta, e dá outras providências.
-  LEI Nº. 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000 – Regulamenta o art. 225, parágrafo primeiro, incisos I, II, III, VII da constituição Federal, Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
-  LEI Nº 9.991, DE 24 DE JULHO DE 2000 – Dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, e dá outras providências.
-  LEI Nº 10.165, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2000 – Altera a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
-  LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001 – Regulamenta os art. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.
-  LEI Nº. 10.650, DE 16 DE ABRIL DE 2003 – Dispõe sobre o acesso público aos dados e informações existentes nos órgãos e entidades integrantes do SISNAMA. Estabelece que os órgãos e entidades da Administração Pública, direta, indireta e fundacional, integrantes do SISNAMA, ficam obrigados a permitir o acesso público aos


















documentos, expedientes e processos administrativos que tratem de matéria ambiental e a fornecer todas as informações ambientais que estejam sob sua guarda, em meio escrito, visual, sonoro ou eletrônico. O indeferimento de pedido de informações ou consulta a processos administrativos deverá ser motivado.














- 📖 LEI Nº. 11.284, DE 02 DE MARÇO DE 2006 – Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.
- 📖 LEI Nº. 11.428, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2006 - Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº. 11.448, DE 15 DE JANEIRO DE 2007 – Altera o art. 5º da Lei Nº. 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública.
- 📖 LEI Nº 11.481, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dá nova redação a dispositivos das leis nos. 9.636, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis nos 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº. 11.934, DE 05 DE MAIO DE 2009 – Dispõe sobre limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos; altera a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965; e dá outras providências Altera.

8.2.2.2. Decretos Federais



- 📖 DECRETO Nº 23.793, DE 23 DE JANEIRO DE 1934 – Aprova o Código Florestal.

- 📖 DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937 – Dispõe sobre a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.
- 📖 DECRETO Nº 28.481, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1940 – Dispõe sobre a poluição das águas.
- 📖 DECRETO-LEI Nº 303, DE 28 DE FEVEREIRO DE 1967 – Cria o Conselho Nacional de Controle da Poluição Ambiental e dá outras providências.
- 📖 DECRETO Nº 62.724, DE 17 DE MAIO DE 1968 – Estabelece Normas Gerais de Tarificação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica.
- 📖 DECRETO Nº 84.426, DE 24 DE JANEIRO DE 1980 – Dispõe sobre a erosão, uso e ocupação do solo, poluição da água e poluição do solo.
- 📖 DECRETO Nº 86.176, DE 06 DE JULHO DE 1981 – Regulamenta a Lei Nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977, que dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico e dá outras providências.
- 📖 DECRETO Nº 88.351, DE 01 DE JUNHO DE 1983 – Regulamenta a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei de Nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
- 📖 DECRETO Nº 89.532, DE 06 DE ABRIL DE 1984 – Acrescenta incisos ao Art. 37, do Decreto Nº 88.351, de 10 de junho de 1983, que regulamenta a Política Nacional do Meio Ambiente.
- 📖 DECRETO Nº 88.351, DE 01 DE JANEIRO DE 1985 – Regulamenta a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e a Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõem respectivamente sobre a Política Nacional do Meio Ambiente e sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e dá outras providências.
- 📖 DECRETO Nº 93.901, DE 9 DE JANEIRO DE 1987 – Dispõe sobre o estabelecimento de Medidas e Procedimentos relativos ao Racionamento de Energia Elétrica.

-  DECRETO Nº 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 97.632, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Dispõe sobre a regulamentação do art. 2º, inciso VIII da Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 97.628, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regulamenta o artigo 21 da Lei Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 – Código Florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 97.635, DE 10 DE ABRIL DE 1989 – Regula o artigo 27 do Código Florestal e dispõe sobre a prevenção e combate a incêndio florestal e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 99.193, DE 27 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre as atividades relacionadas ao zoneamento ecológico - econômico e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 99.274, DE 06 DE JUNHO DE 1990 – Regulamenta a Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981 e a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe, respectivamente, sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental, e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação e dá outras providências.
-  DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1991 – Dispõe sobre o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL e dá outras providências.
-  DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1994 – Cria o Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios (PRODEEM) e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 1.717, DE 24 DE NOVEMBRO DE 1995 – Estabelece procedimentos para Prorrogações das Concessões dos serviços públicos de energia elétrica de que trata a Lei Nº 9.704, de 7 de julho de 1995, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 2.003, DE 10 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Produção de Energia Elétrica por Produtor Independente e por Autoprodutor e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 2.335, DE 6 DE OUTUBRO DE 1997 – Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, autarquia sob regime especial, aprova sua Estrutura Regimental e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 2.655, DE 2 DE JULHO DE 1998 – Regulamenta o mercado atacadista de energia elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei Nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 2.661, DE 08 DE JULHO DE 1998 – Regulamenta o parágrafo único do art. 27 da Lei Nº. 4.771, de 15 de setembro de 1965 (Código Florestal), mediante o estabelecimento de normas de precaução relativas ao emprego de fogo em práticas agropastoris e florestais, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 3.179, DE 21 DE SETEMBRO DE 1999 – Regulamenta a Lei Nº 9.605/98, que dispõe sobre crimes ambientais.
-  DECRETO Nº 3.653, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2000 – Altera dispositivos do Decreto Nº 62.724, de 17 de maio de 1968, que estabelece normas gerais de tarifação para as empresas concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, do Decreto Nº 2.655, de 2 de julho de 1998, que regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei Nº 9.648, de 27 de maio de 1998, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 4.111, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2002 – Autoriza na forma do parágrafo 2º do art. 34 da Lei Nº. 9.427, a ANEEL a contratar temporariamente pessoal técnico de nível superior imprescindível à continuidade de suas atividades e dá outras providências.
-  DERECTO Nº. 4.131, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2002 – Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.

-  DECRETO Nº 4.136, DE 20 FEVEREIRO DE 2002 – Dispõe sobre a especificação das sanções aplicáveis às infrações às regras de prevenção, controle e fiscalização da poluição causada por lançamentos de óleos e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, prevista na Lei 9.960, de 28 de abril de 2000, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 4.340, DE 22 DE AGOSTO DE 2002 – Regulamenta artigos da Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o sistema Nacional das Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 5.092 DE 21 DE MAIO DE 2004 – Define regras para identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
-  DECRETO Nº. 5.163, DE 30 JULHO DE 2004 – Regulamenta a comercialização de energia elétrica, o processo de outorga de concessão e de autorização de geração de energia elétrica, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 5.177, DE 12 DE AGOSTO DE 2004 – Regulamenta os arts. 4º e 5º da Lei Nº.10.848, de 15 de março de 2004, e dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.
-  DECRETO Nº 5.300, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 – Regulamenta a Lei Nº 7.661, de 16 de maio de 1988, que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro – PNGC, dispõe sobre as regras de uso e ocupação da zona costeira e estabelece critérios de gestão da orla marítima, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 5.975, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2006 - Regulamenta os arts. 12, parte final, 15, 16, 19, 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, o art. 4º, inciso III, da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, o art. 2º da Lei nº 10.650, de 16 de abril de 2003, altera e acrescenta dispositivos aos Decretos nºs 3.179, de 21 de setembro de 1999, e 3.420, de 20 de abril de 2000, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 6.101, DE 26 DE ABRIL DE 2007 – Aprova a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº. 6.460, DE 19 DE MAIO DE 2008 – Acresce parágrafos ao art. 6º do Decreto Nº. 2.655, de 02 de julho de 1998, que regulamenta o Mercado Atacadista de Energia Elétrica, define as regras de organização do Operador Nacional do Sistema Elétrico, de que trata a Lei Nº. 9.648, de 27 de maio de 1988.
-  DECRETO Nº 6.514, DE 22 DE JULHO DE 2008 - Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.
-  DECRETO Nº 6.686, DE 10 DE DEZEMBRO DE 2008 - Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008, que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente e estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações.
-  DECRETO Nº. 6.792, DE 10 DE MARÇO DE 2009 – Altera e acrescenta ao Decreto nº. 99.274, de 06 de junho de 1990, para dispor sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA.
-  DECRETO Nº 6.848, DE 14 DE MAIO DE 2009 – Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.

8.2.2.3. Resoluções














-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 23 DE JANEIRO DE 1986 – Estabelece as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 006, DE 24 DE JANEIRO DE 1986 – Aprova os modelos de

publicações em periódicos de licenciamento em quaisquer de suas modalidades, sua renovação e a respectiva concessão aprova modelos para publicação de licenças.

- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 011, DE 18 DE MARÇO DE 1986 – Altera e acrescenta incisos na Resolução 001/86 que institui o RIMA.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA 006, DE 16 DE SETEMBRO DE 1987 – Estabelece regras gerais para o licenciamento ambiental de obras de grande porte, especialmente nas quais a União tenha interesse relevante como a geração de energia elétrica.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 13 DE JUNHO DE 1988 – Estabelece as atividades que podem ser desenvolvidas nas Áreas de Relevante Interesse Ecológico (ARIE).
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 005, DE 15 DE JUNHO DE 1989 – Institui o Programa Nacional de Controle de Qualidade do AR (PRONAR).
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001, DE 08 DE MARÇO DE 1990 – Dispõe sobre a emissão de ruídos em decorrência de atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003, DE 28 DE JUNHO DE 1990 – Estabelece padrões de qualidade do ar.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 008, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1990 – Estabelece limites máximos de emissão de poluentes do ar (padrões de emissão).
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 002, DE 18 DE ABRIL DE 1996 – Determina a implantação de unidade de conservação de domínio público e uso indireto, preferencialmente Estação Ecológica, a ser exigida em licenciamento de empreendimentos de relevante impacto ambiental, como reparação dos danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas, em montante de recursos não inferior a 0,5% (meio por cento) dos custos totais do empreendimento. Revoga a Resolução CONAMA Nº 10/87, que exigia

como medida compensatória a implantação de estação ecológica.

- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 237, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1997 – Determina a revisão dos procedimentos e critérios utilizados para o licenciamento ambiental, de forma a efetivar a utilização do sistema de licenciamento como instrumento de gestão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável e a melhoria contínua, instituída pela Política Nacional do Meio ambiente.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 249, DE 11 DE AGOSTO DE 1998 – Estabelece as condições de participação dos agentes no Mercado Atacadista de Energia Elétrica diretrizes para estabelecimento do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 265, DE 13 DE AGOSTO DE 1998 – Estabelece as condições para o exercício da atividade de comercialização de energia elétrica.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 351, DE 11 DE NOVEMBRO DE 1998 – Autoriza o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS a executar as atividades de coordenação e controle da operação da geração e transmissão de energia elétrica nos sistemas interligados.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 451, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1998 – Homologa os montantes de energia e demanda de potência para os contatos iniciais de compra de energia para as empresas da região Norte e Nordeste e dá outras providências.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 022, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1999 – Estabelece as condições para transferência de tecnologia, assistência técnica e prestação de sua forma contínua e regular, entre agentes do setor de energia elétrica e integrantes do seu grupo controlador.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº 025, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1999 – Aprova, em caráter provisório, o Manual de Procedimentos da Operação do Operador Nacional Sistema Elétrico – ONS – Revisão I.

-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 036, DE 25 DE FEVEREIRO DE 1999 – Dispõe sobre os procedimentos de comercialização de energia elétrica de curto prazo, para as concessionárias de serviço público de energia elétrica das regiões Norte e Nordeste.
-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 066, DE 16 DE ABRIL DE 1999 – Estabelece a composição da Rede Básica do sistema elétrico interligado brasileiro, suas conexões e as respectivas empresas usuárias das instalações.
-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 – Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.
-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 247, DE 13 AGOSTO DE 1999 – Altera as condições gerais da prestação de transmissão e contratação do acesso, compreendendo os Contratos de Prestação do Serviço de Transmissão – CPST, Contratos de Uso de Sistemas e Transmissão – CUST e dos Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCST vinculadas à celebração dos Contratos Iniciais de Compra e Venda de Energia Elétrica.
-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 281, DE 01 DE OUTUBRO DE 1999 – Estabelece as condições gerais de contratação do acesso, compreendido o uso e a conexão, sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 279, DE 27 DE JUNHO DE 2001 – Estabelece procedimento simplificado para o licenciamento ambiental dos empreendimentos com impacto ambiental de pequeno porte, necessários ao incremento da oferta de energia elétrica no país.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 281, DE 12 DE JULHO DE 2001 – Dispõe sobre modelos de publicação de pedidos de licenciamento.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 302, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente de reservatórios artificiais e o regime de uso do entorno.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 303, DE 20 DE MARÇO DE 2002 – Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Área de Preservação Permanente, e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 307, DE 05 DE JUNHO DE 2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
-  RESOLUÇÃO ANEEL Nº 259 DE 09 DE JUNHO DE 2003 - Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, de áreas de terras necessárias à implantação de instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica, por concessionários, permissionários ou autorizados, e revoga o Art. 21 da Resolução ANEEL 395/98. O concessionário, permissionário ou autorizado deverá promover reunião pública com os interessados, registrando os assuntos discutidos e deliberados, observando o roteiro apresentado no Anexo XI desta Resolução, e enviar à ANEEL a lista de participantes com destaque para a presença dos proprietários ou possuidores das áreas atingidas. Deverá assegurar ampla divulgação, nos meios de comunicação acessíveis, para a convocação da reunião pública, principalmente aos proprietários ou possuidores das áreas de terras a serem atingidas.(Art. 5º e parágrafo único).
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357, DE 17 DE MARÇO DE 2005 – Dispõe sobre a classificação dos corpos d'água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes e dá outras providências.
-  RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369, DE 28 DE MARÇO DE 2006 – Determina os casos em que é possível a intervenção ou supressão de vegetação em área de preservação permanente.

- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 371, DE 06 DE ABRIL DE 2006 – Estabelece diretrizes aos órgãos ambientais para o cálculo, aplicação, aprovação e controle de gastos de recursos advindos de compensação ambiental, conforme a Lei Nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº. 382, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006 – Estabelece os limites máximos de emissões de poluentes atmosféricos para fontes fixas.
- 📖 RESOLUÇÃO ANEEL Nº. 297, DE 11 DE SETEMBRO DE 2007 – Estabelece os procedimentos gerais para requerimento de declaração de utilidade pública.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 396, DE 03 DE ABRIL DE 2008 – Dispõe sobre a classificação e diretrizes ambientais para o enquadramento das águas subterrâneas e dá outras providências.
- 📖 RESOLUÇÃO CONAMA Nº 417, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2009 – Dispõe sobre parâmetros básicos para definição de vegetação primária e dos estágios sucessionais secundários de vegetação de Restinga na Mata Atlântica e dá outras providências.
- 📖 RESOLUÇÃO CNPE Nº. 7, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2009 - Aprova o Regimento interno do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE.
- 📖 PORTARIA Nº 536, DE 07 DE DEZEMBRO DE 1976 – Regula a qualidade das águas destinadas a balneabilidade.
- 📖 PORTARIA DNAEE Nº 047, DE 17 DE ABRIL DE 1978 – Estabelece os níveis das tensões de fornecimento de energia elétrica e define os limites de variação dessas tensões.
- 📖 PORTARIA MINTER Nº 053, DE 01 DE MARÇO DE 1979 – Dispõe sobre a disposição de lixo e resíduos sólidos.
- 📖 PORTARIA MINTER Nº 092, DE 19 DE JUNHO DE 1980 – Editam critérios e padrões a serem obedecidos na emissão de sons e ruídos em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive programada.
- 📖 PORTARIA MINTER Nº 124, DE 20 DE AGOSTO DE 1980 – Estabelece normas para a proteção dos cursos d'água.
- 📖 PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 917, DE 06 DE JUNHO DE 1982 – Dispõe sobre mobilização de terra, poluição da água, do ar e do solo.
- 📖 PORTARIA MAE Nº. 1.141, DE 08 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre Zonas de Proteção do Espaço Aéreo e Aprova o Plano Básico de Zona de Proteção do Espaço Aéreo.
- 📖 PORTARIA IBAMA Nº 96, DE 30 DE OUTUBRO DE 1996 – Estabelece critérios para o funcionamento do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais.
- 📖 PORTARIA IBAMA Nº 113, DE 25 DE OUTUBRO DE 1993 – Reconhece oficialmente, mediante registro, como Reserva Particular do Patrimônio Natural, de interesse público e em caráter de perpetuidade (RPPN Mercês Sabiaguaba e Nazário).
- 📖 PORTARIA MME Nº 349, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1997 – Aprova o regimento interno da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
- 📖 PORTARIA ANEEL Nº 018, DE 28 DE JANEIRO DE 1999 – Homologa o Acordo do Mercado Atacadista de Energia – MAE.

8.2.2.4. Medidas Provisórias

- 📖 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.710, DE 07 DE AGOSTO DE 1998 – Acrescenta dispositivos à Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.
- 📖 MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.166-67, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 – Dispõe sobre as áreas de interesse social.
- 📖 Portarias Federais
- 📖 PORTARIA MINTER Nº 231, DE 27 DE ABRIL DE 1976 – Trata dos padrões de qualidade do ar.

- 📖 PORTARIA MME Nº 150, DE 10 DE MAIO DE 1999 – Cria o Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, com a atribuição de coordenar a elaboração do planejamento da expansão dos sistemas elétricos brasileiros, de caráter indicativo para a geração.
- 📖 PORTARIA ANEEL Nº 112, DE 18 DE MAIO DE 1999 – Estabelece os requisitos necessários à obtenção de Registro ou Autorização para a implantação, ampliação ou repotenciação de centrais geradoras termelétricas, eólicas e de outras fontes alternativas de energia.
- 📖 PORTARIA MME Nº 084, DE 17 DE ABRIL DE 2000 – Aprova o Plano Decenal de Expansão – PDE 2000/2009 do setor elétrico, que fica incorporado ao Plano Nacional de Energia Elétrica 1993/2015 – Plano 2015.
- 📖 PORTARIA MME Nº 323, DE 30 DE AGOSTO DE 2000 – Altera a estrutura funcional do Comitê Coordenador do Planejamento da Expansão dos Sistemas Elétricos – CCPE, instituindo pela Portaria MME Nº 150, de 10 de maio de 1999.
- 📖 PORTARIA MME Nº 046, DE 7 DE MARÇO DE 2001 – Cria o Comitê de Acompanhamento das Metas de Conservação de Energia – CAMEC, com a atribuição básica de acompanhar o processo de estudos e implantação das providências de conservação, indicados nos planos do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica PROCEL e do CONPET.
- 📖 PORTARIA MMA Nº 126 DE 27 DE MAIO DE 2004 – Reconhece as Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.
- 📖 PORTARIA MMA Nº 09 DE 23 DE JANEIRO DE 2007 - Reconhece as Áreas Prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira e define o prazo de no máximo 5 anos para revisão da lista de áreas prioritárias, pela Comissão Nacional de Biodiversidade - CONABIO.
- 📖 PORTARIA NORMATIVA DO IBAMA Nº 10, DE 22 DE MAIO DE 2009 – Dispõe que a

aplicação da Instrução Normativa nº 146, de 10 de janeiro de 2007, fica restrita ao licenciamento de empreendimentos de aproveitamento hidrelétrico e dá outras providências.

8.2.2.4.1. Instrução Normativa

- 📖 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 3, DE 26 DE MAIO DE 2003 - Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.
- 📖 INSTRUÇÃO NORMATIVA MMA Nº 6, DE 23 DE SETEMBRO DE 2008 - Apresenta a Lista Oficial de Espécies da Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.
- 📖 INSTRUÇÃO NORMATIVA ICMBIO Nº 5, DE 2 DE SETEMBRO DE 2009 – Estabelece procedimentos para a análise dos pedidos e concessão da autorização para o licenciamento ambiental de atividades ou empreendimentos que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento ou áreas circundantes.

8.3. LEGISLAÇÃO ESTADUAL

8.3.1. Constituição Estadual do Ceará

O Capítulo VIII da Constituição Estadual dos Artigos 259 a 271 refere-se ao meio ambiente, sobre os direitos e deveres de preservá-los e sobre os mecanismos e formas de articulação do poder público e da coletividade visando à preservação de um ambiente equilibrado e uma sadia qualidade de vida para as futuras e presentes gerações.

8.3.2. Relação e Discriminação da Legislação Estadual

8.3.2.1. Leis Estaduais

- 📖 LEI Nº 10.148, DE 02 DE DEZEMBRO DE 1977 – Dispõe sobre a preservação e controle dos recursos hídricos existentes no Estado e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº 11.411, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1987 – Dispõe sobre a Política de Meio Ambiente e cria o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, a Superintendência

Estadual do Meio Ambiente - SEMACE e dá outras providências.

- 📖 LEI Nº11.678, DE 23 DE MAIO DE 1990 – Acrescenta competência ao Conselho Estadual do Meio Ambiente estabelecida pela Constituição do Estado do Ceará e pela Lei Nº 11.564/89.
- 📖 LEI Nº12.148, DE 29 DE JULHO DE 1993 – Dispõe sobre a realização de auditorias ambientais e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº 12.227, DE 06 DE DEZEMBRO DE 1993 – Determina a publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará da relação mensal das concessões de licença ambiental, e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº 12.274, DE 05 DE ABRIL DE 1994 – Altera a Lei Nº 11.411, dando poderes sobre licenciamento e respectiva ação fiscalizadora.
- 📖 LEI Nº 12.488, DE 13 DE SETEMBRO DE 1995 – Dispõe sobre a Política Florestal do Ceará e dá outras providências.
- 📖 LEI Nº 12.685, DE 09 DE MAIO DE 1997 – Altera dispositivo da Lei Nº 12.148 de 29.07.93, que dispõe sobre auditorias ambientais no Estado do Ceará.
- 📖 LEI Nº 13.103, DE 24 DE JANEIRO DE 2001 – Dispõe sobre a Política Estadual de Resíduos Sólidos e dá providências correlatas.
- 📖 LEI Nº. 13.892, DE 31 DE MAIO DE 2007 – Dispõe sobre a Política Estadual de Gerenciamento Costeiro, e o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências.

8.3.2.2. Decretos Estaduais

- 📖 DECRETO Nº 20.764, DE 08 DE JUNHO DE 1990 – Dispõe sobre os padrões de qualidade do ar no território cearense para fins de prevenção e controle da poluição atmosférica de veículos automotores do ciclo diesel.
- 📖 DECRETO Nº 24.207, DE 30 DE AGOSTO DE 1996 – Regulamenta as Leis 12.494, de 04 de outubro de 1995, e 12.533, de dezembro de 1995, que dispõe sobre a fiscalização e controle de emissão de poluentes atmosféricos por veículos automotores no Estado do Ceará.

- 📖 DECRETO Nº 24.221, DE 12 DE SETEMBRO DE 1996 – Regulamenta a Lei Nº 12.488, de 13 de setembro de 1995, que dispõe sobre a política florestal do Estado do Ceará.

8.3.2.3. Outras Normas

- 📖 PORTARIA/SEMACE Nº 14, DE 22 DE NOVEMBRO DE 1989 – Estabelece normas técnicas e administrativas do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais no Estado do Ceará.
- 📖 RESOLUÇÃO COEMA Nº 20, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1998 – Estabelece diretrizes para a cooperação técnica e administrativa com os órgãos municipais de meio ambiente, visando ao licenciamento e a fiscalização de atividades de impacto ambiental local e dá outras providências.
- 📖 INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 04 DE OUTUBRO DE 1999 – Normatiza os procedimentos administrativos para exploração florestal, o uso alternativo do solo e para a queimada controlada das florestas e demais formas de vegetação em todo o Estado do Ceará e dá outras providências.
- 📖 PORTARIA/SEMACE Nº 201, DE 13 DE OUTUBRO DE 1999 – Estabelece normas técnicas e administrativas necessárias à regulamentação do sistema de licenciamento de atividades utilizadoras de recursos ambientais.
- 📖 RESOLUÇÃO COEMA Nº 09, DE 29 DE MAIO DE 2003 – Institui o Termo de Compromisso de Compensação Ambiental, e estabelece normas e critérios relativos a fixação do seu valor, modo, lugar e tempo do pagamento, bem como a quem deve ser pago e a aplicação desses recursos à gestão, fiscalização, monitoramento, controle e proteção do meio ambiente no Estado do Ceará.
- 📖 RESOLUÇÃO COEMA Nº 08, DE 15 ABRIL DE 2004 – Institui os critérios de remuneração dos custos operacionais e de análise do licenciamento e autorização ambiental de atividades modificadoras do meio ambiente no território do Estado do Ceará.

RESOLUÇÃO COEMA Nº 01, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2005 – Estabelece definições de unidades geoambientais e acidentes geográficos constantes no litoral cearense, nos termos da legislação federal aplicável, mais especificamente do Decreto Federal Nº 5.300, de 07 de dezembro de 2005, considerando os dados e análises apresentados pelo Zoneamento Ecológico - Econômico – ZEE no litoral Estado do Ceará.

8.4. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

8.4.1. Lei Orgânica do Município de Trairí

Promulgada em 05 de abril de 1990

.....
.....

Seção VI – Da Política do Meio Ambiente

Art. 161 – O Município deverá atuar no sentido de assegurar a todos os cidadãos o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado.

Parágrafo Único – Para assegurar efetivamente a esse direito, o Município deverá articular-se com os órgãos estaduais, regionais e federais competentes, e ainda, quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução comuns relativos à proteção ambiental.

Art. 162. O Município deverá atuar no controle e fiscalização das atividades, públicas ou privadas, causadoras efetivas ou potenciais de alterações no meio ambiente.

Art. 163. A política urbana do Município e seu plano diretor deverão contribuir para a proteção ao meio ambiente, através de diretrizes adequadas de uso e ocupação do solo urbano.

Art. 164 Nas licenças de parcelamento, loteamento e localização de edificações o Município exigirá o cumprimento da legislação de proteção ambiental emanada da União e do Estado.

Art. 165 Os concessionários e permissionários de serviços públicos deverão atender rigorosamente aos

dispositivos de proteção ambiental em vigor, sob a pena de multa e de não renovação da concessão ou permissão pelo Município.

Art. 166 O Município assegurará a participação das entidades representativas da comunidade no planejamento e na fiscalização de proteção ambiental, garantindo o amplo acesso dos interessados às informações sobre tudo que se referir à degradação e a poluição ambiental ao seu dispor.

Art. 167 O Município impedirá, por todos os meios disponíveis, a devastação dos manguezais, solicitando, se necessário, a intervenção do ministério público.

Art. 168 O Município cuidará da limpeza das praias objetivando, não só dar condições para o povo freqüentar, como impedir que a sujeira arrastada pelas marés para o rio e afetando deste modo, a vida natural deste ambiente.

Art. 169 O Município fará gestões junto ao representante da Petrobrás no Estado do Ceará no sentido da proibição quanto ao derramamento de óleo nas praias do município proveniente das plataformas existentes.

Parágrafo Único – Lei complementar disciplinará este assunto.

Art. 170. Fica proibida no território do Município, a pesca de redes finas conhecidas como galões ou rengai, no período de 1º de julho a 28 de fevereiro.

§ 1º - O não cumprimento do disposto neste artigo implica na apreensão do material de pesca que será destruído e no caso de reincidência, além de nova apreensão do material e mesmo destino, será cobrada multa a ser fixada pelo poder Executivo.

§ 2º - A fiscalização será feita pela própria prefeitura, pelo policiamento civil e militar existente na área e pela Colônia de pescadores

Art. 171 Fica proibida a pesca de arrastão e pesca de bate, no lagamar e açudes no território do Município.

Parágrafo Único – A Fiscalização e sanções pelo não cumprimento deste artigo obedecerão ao estatuído nos § 1º e § 2º do artigo anterior.